

Decolonialidade editorial: notas sobre o jornal Lampião da Esquina

Editorial decoloniality: notes on the newspaper Lampião da Esquina

Decolonialidad editorial: notas sobre el periódico Lampião da Esquina

—

Muriel Emídio Pessoa do AMARAL

Brasil

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Candida DE OLIVEIRA

Brasil

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación
N.º 155, abril - julio 2024 (Sección Diálogo de saberes, pp. 229-244)

ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X

Ecuador: CIESPAL

Recibido: 21-01-2024 / Aprobado: 12-04-2024

Resumo

A ideia de decolonialidade editorial, é elaborada a partir da cobertura do Encontro Nacional de Mulheres (ENM) e 1º Congresso da Mulher Paulista realizados no Brasil, em 1979, veiculada pelo jornal Lampião da Esquina, que destacou a socióloga Lélia Gonzalez. A base teórico-metodológica da pesquisa são os estudos decoloniais e feminismo decolonial pela noção de interseccionalidade, que possibilita outras epistemologias à comunicação e ao jornalismo. A proposta caracteriza a intenção de reconfigurar diretrizes e processos editoriais de modo a contemplar a visibilidade de grupos e sujeitos marginalizados política e publicamente. A cobertura dos eventos atravessa temáticas homoeróticas, abordando fatos em triangulações com questões de gênero, classe social e raça.

Palavras-chave: feminismo decolonial; interseccionalidade; Lampião da Esquina

Abstract

The idea of editorial decoloniality is elaborated from the coverage of the National Women's Meeting (ENM) and 1st São Paulo Women's Congress held in Brazil in 1979, conveyed by the newspaper Lampião da Esquina, which highlighted the sociologist Lélia Gonzalez. The theoretical and methodological basis of the research are decolonial studies and decolonial feminism through the notion of intersectionality, which enables other epistemologies to communication and journalism. The proposal characterizes the intention to reconfigure editorial guidelines and processes in order to contemplate the visibility of politically and publicly marginalized groups and subjects. The coverage of the events crosses homoerotic themes, addressing facts in triangulations with issues of gender, social class and race.

Keywords: decolonial feminism; intersectionality; Lampião da Esquina

Resumen

La idea de decolonialidad editorial, se elabora a partir de la cobertura del Encuentro Nacional de Mujeres (ENM) y del 1º Congreso de la Mujer Paulista realizado en Brasil, en 1979, publicado en el diario Lampião da Esquina, que destacó la socióloga Lélia Gonzalez. Su base teórica y metodológica, son los estudios decoloniales y el feminismo decolonial a través de la noción de interseccionalidad, que posibilita otras epistemologías para la comunicación y el periodismo. Caracteriza la intención de reconfigurar guías y procesos que contemplen la visibilización de los grupos marginados política y públicamente. La cobertura de los acontecimientos cruza temas homoeróticos, abordando hechos en triangulaciones con cuestiones de género, clase social y raza.

Palabras-clave: feminismo decolonial; interseccionalidad; Lampião da Esquina

Introdução

A proposta do artigo é elaborar a ideia de decolonialidade editorial a partir de reportagens do jornal *Lampião da Esquina*, primeiro jornal homoerótico brasileiro. A decolonialidade editorial caracteriza-se pela intenção de reconfigurar as diretrizes editoriais para além das práticas e discursos previamente elaborados acerca da cobertura dos acontecimentos. O jornal *Lampião da Esquina* executa movimentos de decolonialidade na cobertura de determinados fatos ao alcançar outras searas como violência, feminismo e questões raciais. Além disso, a decolonialidade editorial contempla a visibilidade de grupos e sujeitos que se encontram às margens do reconhecimento público e político, oferecendo sentidos e representações apartados de estereótipos e representações atribuídas pelo senso comum.

Com a redação dividida entre São Paulo e Rio de Janeiro, o jornal *Lampião da Esquina* circulou entre 1978 e 1981, totalizando 38 edições. A ideia de fundá-lo partiu da iniciativa de jornalistas e intelectuais após a visita de Winston Leyland, editor da publicação homoerótica estadunidense *Gay Sunshine*, ao Brasil (Trevisan, 2004). Na literatura acadêmica da área, o jornal foi consagrado como veículo do jornalismo alternativo (Festa, 1986; Kucinski, 1991; Péret, 2011; Arias Neto y Amaral, 2016). Sem desmerecer pesquisas e estudos realizados, compreende-se que o jornal também pode ser considerado decolonial ao “desnaturalizar representações e práticas convencionais da imprensa homoerótica em diálogos que rezam pela pluralidade de temas que envolvem os assuntos pertinentes à América Latina” (Amaral, 2022, p. 169). Não apenas desejo e erotismo foram pautas do jornal, mas questões políticas e de interesse público também marcaram as páginas de *Lampião da Esquina*.

O reconhecimento da decolonialidade editorial na publicação sustenta-se na metodologia dos estudos decoloniais (Ballestrin, 2013; Maldonado, 2008; Mignolo, 2014) que apresentam reflexões epistemológicas voltadas à descolonização de conhecimentos, saberes e subjetividades. Além disso, ancora-se em demonstrações do feminismo decolonial para compreender que as relações de gênero não se limitam aos esquadros de representação burguesa, branca e heteronormativa. Segundo Gonzalez (1982; 2020), as mulheres negras e periféricas elaboram as práticas feministas com base em outras propostas e, como sugere Lugones (2020), há a necessidade de refletir sobre a violência de gênero em triangulação com demonstrações de racismo e de dominação capitalista. Por isso o diálogo com os estudos decoloniais a partir da interseccionalidade. Para Crenshaw (2002), estudos que contemplam interseccionalidades apresentam demonstrações de violência de gênero por uma ótica mais elucidativa porque, além de referências sobre gênero, levam em consideração questões de classe, etnia e raça, uma proposta de análise frutífera para este artigo.

A decolonialidade editorial presente no jornal dialoga ainda com as reflexões de Torrico (2016a; 2016b; 2019) acerca da decolonialidade na comunicação

e no jornalismo enquanto processos que reconfiguram saberes e modos de representação. Além de pensar em outras configurações epistemológicas a partir da realidade latino-americana, Torrico (2019; 2016b) elabora conceitos que se adaptam às condições locais e não hierarquizam os processos comunicacionais, bem como valorizam as personagens das narrativas como dignas de pertencimento à visibilidade pública e política. O texto também traz a importância dos relatos na cobertura jornalística a partir das considerações de Moraes (2019).

Por se tratar de uma pesquisa maior, o artigo analisa a edição de número 11 do jornal *Lampião da Esquina* que veicula a cobertura do Encontro Nacional de Mulheres (ENM), realizado no Rio de Janeiro, e o 1º Congresso da Mulher Paulista, que ocorreu em São Paulo, ambos em 1979. A escolha da edição foi motivada pelas reportagens que, indo além de temáticas homoeróticas, triangulam o assunto com questões de gênero, classe social e raça.

Marco teórico-metodológico

Antes de elaborar o pensamento decolonial para justificar a ideia de decolonialidade editorial, é necessário apresentar o jornal *Lampião da Esquina*. A publicação circulou entre os anos de 1978 e 1981 por meio da iniciativa de jornalistas, artistas e intelectuais, e foi encabeçada por José Silvério Trevisan após a visita ao Brasil do editor da revista *Gay Sunshine*, Winston Leyland. *Lampião da Esquina* é reconhecido como exemplo da segunda geração de publicações alternativas, conforme estudos de comunicação alternativa e popular (Festa, 1984), que circularam entre 1978 e 1982, período caracterizado pela necessidade de eleições diretas e pelo tom de abrandamento dos movimentos de censura. Além de um veículo de resistência enquanto imprensa alternativa, o jornal pode ser considerado decolonial pela proposta de reconfigurar sentidos e modos de representação das sexualidades e identidades.

Desde a primeira edição, a intenção foi trazer à tona grupos e sujeitos que são marginalizados por uma questão de poder; não apenas homossexuais, mas também mulheres, negros, minorias étnicas como apresenta o editorial da publicação:

Lampião reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito - o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negaram: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal. [...] Nós pretendemos também ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias. (Abaixo o gueto, 1978, p. 2)

A intenção de visibilizar figuras marginalizadas também pode ser percebida no nome da publicação. O nome “Lampião da Esquina” faz alusão ao cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, de codinome Lampião, uma figura destemida e reconhecida pela bravura e coragem junto ao seu bando, além do objeto lampião ser utilizado para iluminar os espaços. Paralelamente, a esquina é considerada um local destinado à marginalidade e comumente associada à prostituição. A proposta de oferecer reconhecimento público e político está presente no editorial de número zero: “O uso de tais palavras em Lampião, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para, em seguida, desmistificá-las” (Abaixo o gueto, 1978, p. 2). Assim, a intenção de decolonizar o conhecimento oferecendo outros caminhos para compreender as sexualidades e identidades, bem como outros grupos minoritários, esteve presente nas primeiras edições do jornal.

O pensamento decolonial propõe rever conhecimentos que foram cristalizados ao longo da história e postos como únicas possibilidades de formação de saberes. A necessidade de reconfigurar e desenvolver outras formas de articulação de pensamento e conhecimento possibilita que sejam contemplados estruturas e saberes negligenciados e silenciados por anos por discursos e práticas burguesas, eurocêntricas e capitalistas. Por isso, em grande medida, o pensamento decolonial considerou a Modernidade como a outra face da colonialidade enquanto demonstração de violência pela exclusão aos signos alheios aos códigos de poder. Como apresenta Mignolo (2014), não tem como desvencilhar a Modernidade da colonialidade e da violência. A proposta de desenvolver a ideia de decolonialidade editorial a partir do jornal Lampião da Esquina perpassa a intenção de reconfigurar os modos de construção de reportagens e de produção de sentido dos acontecimentos e das fontes consultadas.

A necessidade de oferecer outros caminhos do pensar a ciência e o conhecimento foi compreendida, segundo Ballestrin (2013), a partir das considerações de Nelson Maldonado-Torres (2008), como giro decolonial. De acordo com a autora, a proposta partiu do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C) composto por homens e mulheres cientistas de países e regiões negligenciados que buscaram romper os cânones da ciência e, assim, reorganizar percursos epistemológicos e políticos. Por isso, Mignolo (2014, p. 14) considera que a decolonialidade “es un análisis que une la mesa otra opción (ni ciencias sociales y humana, ni marxismo, ni teología de la liberación”. Para o autor, a proposta decolonial implica em alcançar medidas que não sejam universais, que observem as realidades, vivências e particularidades de povos e grupos que foram esquecidos ou negligenciados pelos discursos e práticas de poder. Destarte, como afirmam Meneses e Santos (2009), coube à Modernidade a unificação e uniformização dos conhecimentos. Em contraposição, a decolonialidade almeja criar novas perspectivas. Nas palavras dos autores:

(...) a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valoriza os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. (Santos y Meneses, 2009, p. 9)

Destarte, os modos de construção de conhecimento e o reconhecimento público e político de determinados grupos, países e povos apresentam valores significativos para novas perspectivas. A decolonialidade foi absorvida e desenvolvida, em áreas do conhecimento como, por exemplo, o feminismo ao contemplar a realidade de mulheres fora do esquadro burguês, eurocêntrico e da branquitude. O modo de compreender o feminismo decolonial é um dos caminhos metodológicos para compreender a decolonialidade editorial de *Lampião da Esquina* e reconhecer como a interseccionalidade está presente em suas reportagens.

Ao trazer à tona a visibilidade de mulheres negras, periféricas, asiáticas, africanas e de outros extratos invisibilizados, há a promoção de reconhecimento de experiências e vivências antes silenciadas. Como descreve Françoise Vèrges, o feminismo decolonial não busca a construção utópica de uma comunidade acerca da representação das mulheres, mas “restaurar toda a sua força criativa em sonhos de insubmissão e resistência, justiça e liberdade, felicidade e bondade, amizade e encantamento” (Vèrges, 2020, p. 136) com o objetivo de afirmar o direito à existência e à visibilidade. Com isso, as práticas do feminismo se alargaram ao observar e analisar as condições de outras realidades. Pela decolonialidade feminista foi possível reconhecer práticas e discursos de países latino-americanos, africanos e asiáticos e reconhecer existências que também pertencem à realidade dessas mulheres que dialogam com questões étnicas, de raça e de classe social. Como sugere Hollanda (2020, p. 13), “[o] feminismo decolonial, privilegiando a contestação à colonialidade do saber, também aponta caminhos de avanço político agora na chave latino-americana. Propõe uma revisão epistemológica radical das teorias eurocentradas”.

Ao abordar outras referências que fazem parte da realidade dessas mulheres, é possível acompanhar suas experiências e vivências, bem como legitimar demandas e promover a visibilidade delas no espaço público e político de modo interseccional. Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade, enquanto método de análise, triangula e agencia a pluralidade e diversidade de realidades que são quistas para a visibilidade, além de analisar modos de demonstração de violência, dominação e exploração feminina. Segundo a autora, a interseccionalidade:

[...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas

geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177)

Pelo olhar decolonial, além das questões de gênero, são levadas em consideração outros atravessamentos. Para Lugones (2020), a arquitetura da interseccionalidade faz acreditar que os signos eurocêntricos e capitalistas naturalizam e normalizam práticas, discursos e referências morais e, por isso, segundo ela, violência de gênero e práticas do capitalismo estabelecem relações íntimas enquanto discursos que cristalizam e padronizam representações e sentidos quanto às atividades produtivas entre homens e mulheres, facilitando a edificação da colonialidade dos gêneros e a violência:

As necessidades cognitivas do capitalismo e a naturalização das identidades, das relações de colonialidade e a distribuição geocultural do poder capitalista mundial guiaram a produção dessa forma de conhecimento [...] A modernidade e a colonialidade nos fornecem uma compreensão complexa da organização do trabalho e a produção do conhecimento. A análise padrão cria um lugar para pensarmos a heterogeneidade e a descontinuidade. [...] Somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolivelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor. Isso significa que o termo “mulher”, em si, sem especificação dessa fusão, não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante. (Lugones, 2020, p. 55-60)

Foi pela interseccionalidade que, além de Lugones, Gonzalez (1982; 2020) reconheceu que a demanda feminista estruturada pelo viés branco e burguês não contemplava a realidade de mulheres negras e periféricas. A autora desenhou assim a realidade do feminismo latino-americano e diversidade de culturas e identidades:

[...] o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato típico de um discurso masculinizado e branco. (Gonzalez, 2020, p. 42)

As perspectivas adotadas pelas autoras feministas decoloniais são frutíferas para compreender a construção das reportagens do jornal Lampião da Esquina, principalmente no que tange às questões de representação dos gêneros. Para além da teoria feminista, o pensamento decolonial também é empreendido nos estudos da comunicação e do jornalismo enquanto processos que operam fora do quadro dos estudos que colonizaram as metodologias e métodos da área ao contemplar a realidade latino-americana e desenvolver a reinterpretação do conhecimento, como aponta Torrico (2016a). O autor preza pela reorganização

da epistemologia e metodologia da comunicação latino-americana enquanto formulação que “debe usársela para transformarla de manera que prevalezca la justicia y la paz” (Torrico, 2016b, p. 90).

A decolonialidade da comunicação permite reconfigurar novos caminhos do conhecimento da área como o faz Torrico (2016a, 2016b) ao desenvolver neologismos para compreender a comunicação na América Latina. Além de sugerir a decolonização do conhecimento enquanto método de instrumentalização do conhecimento, Torrico (2019) cria neologismos que melhor se adaptam à realidade comunicacional latino-americana, ao desenvolver, por exemplo, a ideia da comunicação *ex-cêntrica*. Ao escrever de outro modo a palavra, o autor trabalha uma ironia ao termo excêntrico, que remete à proposta de signos que são diferentes da moral vigente, e propõe a possibilidade de articular a comunicação latino-americana como sendo fora do centro da órbita convencional. Ou seja, a comunicação *ex-cêntrica* “deriva da crítica latino-americana à incomunicação colonial, se coloca como uma rota compreensiva alternativa, baseada no pensamento decolonial” (Torrico, 2019, p. 103).

Sem desconsiderar estudos e pesquisas que foram produzidas na América Latina, Torrico (2019) também reconfigura a ideia de comunicação alternativa. Em sua proposta, a comunicação *alter(n)ativa* não apenas traz a realidade de grupos e sujeitos latino-americanos que se encontram às margens da visibilidade política enquanto modo de resistência, como também os compreende enquanto movimentos de alteridade não estruturados hierarquicamente. Segundo o autor:

Esta alter(n)atividad tiene que ver tanto con el carácter local y localizado (nativo) del pensamiento comunicacional latino-americano- de donde se desprende su otredad (es, por ello, un alter) -, como con su fuerza transformadora (de alteración). Y la novedad concierne ante todo a su diferencia con la comunicación alternativa de la década de 1970, que más bien estaba centrada en contrarrestar el monopolio de la palabra ejercido por los sistemas mediáticos ligados a los poderes internos y transnacionales. (Torrico, 2016a, p. 35)

A proposta da comunicação decolonial, a partir das propostas *ex-cêntrica* e *alter(n)ativa*, foi empreendida para compreender o jornal *Lampião da Esquina* por Amaral (2022) ao mostrar que a publicação procurou desenvolver reportagens sobre a realidade não apenas de pessoas homoeróticas, mas também de temáticas associadas às questões ambientais, racismo, políticas públicas contra a violência, feminismo. Por isso, afirma que “[a] comunicação pela resistência não se manifesta apenas enquanto movimento combativo, mas em desígnios para fortalecer as identidades e o reconhecimento político” (Amaral, 2022, p. 164). Destarte, a proposta do artigo se encaixa em aprofundar a análise das reportagens do jornal *Lampião da Esquina* enquanto construções

que atravessam questões sobre feminismo, gênero e outras interseccionalidades e, assim, formular a ideia de decolonialidade editorial.

Discussão

Para reconhecer a decolonialidade editorial do jornal Lampião da Esquina ao não se limitar exclusivamente a reportagens sobre homossexualidade masculina e, assim, identificar a interseccionalidade dos temas abordados, o objeto de análise é a edição 11, de abril de 1979, que fez a cobertura de dois eventos feministas. A reportagem de capa desta edição aborda as lacunas existentes nas práticas feministas ao estimular discussões sobre a ausência de mulheres negras e periféricas no escopo do movimento, apresentado com a seguinte manchete: “Lesbianismo/ Machismo/ Aborto/ Crimininalização/ São as mulheres fazendo política”. A chamada refere-se ao evento feminista Encontro Nacional de Mulheres (ENM), organizado pelo Centro da Mulher Brasileira (CMB), ocorrido em março daquele ano no Rio de Janeiro, e o 1º Congresso da Mulher Paulista, realizado em São Paulo. Ao trazer os eventos como pauta, o jornal promove a visibilidade enquanto movimento alter(n)ativo (Torricco, 2019), já que abordou a realidade não apenas de mulheres brancas e burguesas, mas também questionou a ausência de mulheres racializadas e periféricas.

O feminismo abordado pelo jornal não se restringiu à cobertura dos eventos; foi também tema de artigos de opinião de Leila Miccolis e Lélia Gonzalez, esta um dos expoentes na construção do feminismo negro no Brasil. Ainda no título e introdução da reportagem acerca do acontecimento, há reflexões sobre a necessidade de organizar as propostas feministas em âmbito nacional enquanto atuação e reflexão consistentes. Com o título “Contra o mito do sexo frágil, em busca do próprio caminho”, a reportagem segue com o subtítulo:

“O cotidiano da mulher é a violência” - declaração de uma mulher anônima no encerramento do Encontro Nacional de Mulheres (Rio). “Amor e paz são os sentimentos que predominam no sexo feminino” - tirada de uma dirigente do CMB na abertura do encontro. O conflito desses pontos de vista deixa claro que há um estado de grande confusão teórica e prática dentro do movimento feminista brasileiro. Mas nem por isso esse movimento é menos importante; e ele está bem vivo e se debatendo, na desesperada tentativa de adquirir uma dinâmica própria, como veremos a seguir. A confusão, como disse uma socióloga, não existe só nele, mas em toda a estrutura na qual está inserido. (Bittencourt, 1979a, p. 9)

A primeira interseccionalidade realizada pela reportagem foi questionar o local de realização do evento, em Ipanema, zona sul carioca, endereço de parte da burguesia do município. O posicionamento partiu da Associação de Moradoras da Vila Kennedy, zona norte, bairro da periferia do Rio de Janeiro. Ao começar a matéria por este fato, o jornal abre precedente para a reflexão

acerca da visibilidade oferecida às vozes, discursos, corpos e vivências que operam fora da órbita do reconhecimento convencional das estruturas sociais acerca da representação das mulheres. Ao trazer essa discussão no começo da reportagem, o jornal se aproxima das considerações de Gonzalez (2020) sobre questões de raça e também do pensamento de Lugones (2020) acerca da relação entre gênero e capitalismo e o quanto as identidades, gêneros e subjetividades são traçadas a partir do cruzamento dessas condições.

O espaço político não é constituído apenas por sujeitos iguais ou semelhantes, como afirma Arendt (1998), mas preza pela pluralidade e diversidade de discursos, vivências e histórias. Ao trazer à luz essas referências, o jornal oferece visibilidade a experiências que são ofuscadas por uma relação de poder. Oferecer visibilidade às mulheres periféricas e às suas histórias e vivência pode ser ação política, uma vez que constrói a diversidade de posicionamentos e experiências que foram negligenciados ao longo da composição das práticas feministas. Conforme Lélia Gonzalez (1982), o feminismo branco, eurocêntrico e burguês equalizou as práticas feministas enquanto movimentos universais e, por isso, há a necessidade de realizar a interseccionalidade também a partir das relações de gênero, classe social e raça. A reportagem explora a realidade enfrentada pelas mulheres periféricas como a debilidade de políticas públicas de educação e de serviços públicos como creches e oportunidades de trabalho que, de acordo com a reportagem, foi um dos temas mais abordados na assembleia. A própria Lélia Gonzalez é fonte da reportagem e reconhece maior intensidade de violência dirigidas às mulheres negras do que às mulheres brancas:

A socióloga Lélia Gonzáles, num outro extremo desse vasto espectro que pode ser a luta da mulher, pode ser que discorreu com objetividade sobre o problema da mulher e, por associação, de toda a raça. “Eu tenho a experiência concreta da cor”, disse. “Quanto mais crioulo é o cara, maior é a repressão. Eu tenho a consciência dessa discriminação, mas o negro em geral, que nem atingiu a situação de operário, não a tem”. (Bittencourt, 1979a, p. 9)

Além de oferecer visibilidade a experiências e demonstrações da violência estrutural, a reportagem propõe, ao trazer o depoimento da socióloga, uma triangulação da violência contra mulheres negras, ou seja, que contemplam e atravessam questões de gênero, mas também dialogam com os valores étnicos e de raça. A reportagem relata que Lélia Gonzalez foi alvo de crítica pelas próprias participantes ao afirmar que todos estão suscetíveis à violência:

Por incrível que isso possa parecer, contra Lélia Gonzales foi levantada imediatamente a suspeita de revanchismo. Uma representante das donas de casa de São Paulo ergueu-se para afirmar que não se podia separar negros de brancos, ou periferia de cidade, já que a luta tinha de ser geral. Por sua vez, uma outra paulista disse: “Meu marido era burguês, loiro e economista e morreu nas mãos do delegado Fleury. A repressão não respeita ninguém”. Lélia replicou afirmando que

“a classe operária tem preconceito contra o marginal” e que “unidade não significa encobrimento dessa situação” (Bittencourt, 1979a, p. 9).

O trecho da reportagem evidencia o pensamento de Saffioti (2001) acerca da violência de gênero. Mesmo não concordando com todas as considerações de Pierre Bourdieu, a autora reconhece a relevância do pensamento deste ao afirmar que a dominação masculina se torna demonstração da violência simbólica quando legitimada de modo naturalizado. Assim, Saffioti considera que há fatores culturais que atravessam as questões de gênero e perpetuam códigos de violência, o que não implica na cumplicidade feminina para manutenção da violência:

A violência simbólica impregna corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos conformes a esta hierarquia, como já havia, há muito, revelado. É exclusivamente neste contexto que se pode falar em contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero. Trata-se de fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum. (Saffioti, 2001, p. 119)

O silenciamento de determinados grupos de mulheres foi percebido pelo repórter que elaborou a reportagem. A ausência de visibilidade e participação também foi relatada, já que o evento não abriu espaço a prostitutas, mulheres periféricas e categorias profissionais menos favorecidas e os debates não avançaram muito para além da ordem burguesa.

Insisti em saber onde estavam as prostitutas. As empregadas domésticas, as faveladas, as mais oprimidas, o lumpemproletariado enfim das mulheres. As respostas foram evasivas: as prostitutas não tinham sido contatadas, as empregadas domésticas não tinham querido vir e as faveladas, mas logo foram embora. Mulheres negras vi apenas três. E as lésbicas? Segundo uma integrante do CMB havia quatro participando de grupos e da mesa, mas nenhuma falou de seu problema específico. A que conclusão chegar diante de tal quadro? Que se tratou de uma reunião da alta classe média liberal aliada a algumas representantes da classe operária, ou seja, um microcosmos do pacto social brasileiro em evolução neste momento. (Bittencourt, 1979a, p. 9)

O trecho da reportagem vai ao encontro das considerações de Lélia Gonzalez ao reconhecer que há diversidade e pluralidade de realidade e vivência de mulheres, mas que o feminismo se limita a algumas práticas. De acordo com a autora, as práticas feministas que se iniciaram no Brasil foram importantes, todavia não suficientes para arcar com múltiplas representações. Além disso,

na narrativa sociológica, a estruturação das questões raciais foi concretizada enquanto ideologias de distinção para solidificar relações de dominação e violência. Essa lógica também foi reconhecida para justificar a hierarquização de mulheres negras e periféricas como personagens que são alvos de exploração e violência:

[...] o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar da generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas. [...] O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. (Gonzalez, 2020, p. 42-43)

A reportagem mostra ainda a necessidade de triangular as pautas feministas com outros pontos. Na cobertura do evento, além da igualdade de reconhecimento do trabalho feminino frente ao masculino e de outras reivindicações de ordem trabalhista, também foram assuntos uma nota de repúdio, elaborada no final do encontro, ao desmatamento da Amazônia e ao Projeto Jeri, que possibilitaram a instalação de uma fábrica de celulose nas proximidades do rio Jeri e que se tornou um problema ambiental no estado do Pará entre 1960 e 1970. A reportagem apresenta ainda outros temas que são perpendiculares ao feminismo e também o silenciamento da imprensa tradicional em não cobrir eventos desse cunho.

No encerramento dos trabalhos, domingo à noite, na votação das moções de apoio ou repúdio, a platéia entrou em ebulição pela primeira vez. Deu gosto ver as mulheres gritando, cada uma para seu lado, sem que a mesa pudesse contê-las. A moção de repúdio à devastação da Amazônia e ao Projeto Jari foi a que levantou mais celeuma, linha ou não tinha a ver com feminismo? Uma mulher, a quem a mesa pediu silêncio, começou a gritar que tinha sido cassada. Quando falou, ninguém entendeu. No fim, a moção passou com votos até dos homens e das crianças presentes, todos de braços erguidos, exercitando a liberadora prática da democracia. Foi aprovada por unanimidade uma moção de repúdio à grande imprensa, que se recusou a cobrir o evento. (Bittencourt, 1979a, p. 9)

A reportagem procurou apresentar o perfil das feministas com base nas participantes do evento. Assim, o perfil desenhado não foge às regras convencionais de mulheres brancas e burguesas:

Na casa dos 30 anos. Alta, bonita, bem vestida, educação superior. De sua classe privilegiada ela procura esquecer os mitos, a linguagem e as idiossincrasias para poder participar de uma luta que acredita estar começando agora, junto com o desabrochar de sua consciência (Bittencourt, 1979b, p. 10).

Ao reconhecer a ausência de representatividade e pluralidade de identidades, o jornal descreve a vida de uma mulher de classe média que se identifica com o feminismo após receber uma carta de uma amiga que mora no exterior e que, durante a leitura, percebe a fragilidade da vida da mulher burguesa.

Compreendi que a mulher, na ideologia burguesa, é antes esvaziada de qualquer especificidade para depois receber as rédeas da casa. A “rainha do lar”. Essa é a convenção mais hipócrita já criada pela sociedade. No universo burguês a mulher não passa de um túmulo calado onde o homem deposita todas as suas frustrações das competições masculinas e em momentos de distração, também seu sêmen. (Bittencourt, 1979b, p. 10)

Para reforçar o debate, ratificando a intenção de decolonialidade editorial, o jornal veiculou um texto autobiográfico de Lélia Gonzalez que apresenta a sua própria infância no interior de Minas Gerais e a dificuldade enfrentada por ela ao se mudar com a família para a periferia do Rio de Janeiro. Na descrição, Lélia apresenta a pobreza que a circulava na casa em Minas Gerais e as privações financeiras a que ela e a família eram submetidas no Rio de Janeiro, motivo que a levou a trabalhar desde muito cedo. Em uma das suas experiências laborais, relata a violência a que foi vítima ainda na adolescência:

Tinha treze anos já e se tornara demasiado saudável e atraente para os olhos do irmão mais moço da madame, que tentou agarrá-la. Quando a viu assustada, chorando e contando o ocorrido. A patroa olhou-a desconfiada, pegou suas roupas e a devolveu à mãe. Não conseguia entender porque a madame ficara tão zangada com ela. Que foi que fizera demais para ser chamada de assanhada. Ah, essas madames são mesmo complicadas. (Gonzalez, 1979, p. 12)

Analisada na perspectiva do pensamento decolonial, a experiência vivida por Lélia explicita a violência não apenas sob o viés do gênero, mas também por questões de raça e classe social. Conforme a autora (1982, 2020), o feminismo negro apresenta particularidades que nem sempre pertencem ao feminismo clássico. A sugestão da necessidade de análise da violência de gênero a partir de outras referências dialoga com o pensamento Saffioti (2001), contemplando a interseccionalidade. As questões de classe aparecem no relato de Gonzalez em indagações sobre a realidade dela em interface com a realidade burguesa.

A gente que é pobre tem de estudar pra ver se melhora de vida. A gente vê pelos filhos dos patrões da gente. Todo mundo estuda e vira doutor. Por que então a gente não ia querer que os filhos da gente estudem? Ao menos o primário completo, né?

Ai já dá pra conseguir um empreguinho melhor, ganhar o salário, carteira assinada e até fazer o ginásio depois. Tem muita gente que estuda de noite e trabalha de dia. Aqui mesmo no morro, tem muita gente que faz isso. Eu até que tentei também. Mas não deu não. (Gonzalez, 1979, p. 12)

Ao contemplar o relato de vivência de uma mulher, a cobertura do evento pode ser considerada como movimento decolonial à medida que oferece experiências e informações que, muitas vezes, não são compreendidas pelo repórter. Ao trazer a voz da fonte, há a possibilidade de apreender o acontecimento em sua riqueza de detalhes por meio do olhar de quem o viveu, o que também reorganiza as práticas do jornalismo para além dos cânones da área que tendem a desconsiderar a elaboração do jornalismo como um movimento de subjetividades. Para Moraes (2019), a subjetividade não compromete a questão ética das práticas do jornalismo, tampouco diminui o jornalismo enquanto área do conhecimento. Conforme a autora, a “negação da subjetividade não é algo que compete especificamente ao jornalismo, mas sim a um discurso maior, que modaliza a ciência, as relações sociais, o conhecimento” (Moraes, 2019, p. 207). A qualidade de decolonização editorial também perpassa os conceitos para a composição das reportagens ao inserir discursos e movimentos que possam oferecer outros modos de trabalhar a informação.

Além de reconfigurar os processos de produção textual, os relatos do evento feminista podem ser compreendidos com sendo alter(n)ativo e ex-cêntrico, como propõe Torrico (2019). Ao apresentar sua vivência, Gonzalez oferece visibilidade a partir das próprias experiências em movimentos que não constroem hierarquias, mas emergem enquanto possibilidades de visibilidade que suscitam alteridade entre mulheres, grupos e sujeitos em condições semelhantes. Além disso, seu relato opera fora do centro, ou seja, é ex-cêntrico, pois traz a realidade enfrentada por ser mulher negra e a violência a que foi submetida devido à raça e à classe social, experiências que dificilmente seriam vivenciadas por mulheres brancas e burguesas. Assim, a comunicação é ex-cêntrica e interseccional. Destarte, a cobertura dos eventos pode ser considerada como demonstração da decolonialidade editorial.

Considerações finais

O reconhecimento da decolonialidade editorial no jornal *Lampião da Esquina* está sustentado pela intenção da publicação em não apenas produzir reportagens e notícias sobre os acontecimentos, mas sobretudo oferecer olhares que complexificam os fatos. Ao realizar a cobertura dos primeiros eventos feministas dos quais há registros em São Paulo e Rio de Janeiro, o jornal ganha destaque por ser o único meio de comunicação da imprensa a acompanhar os acontecimentos. Além disso, constrói a reportagem por vieses que fogem às regras canônicas do jornalismo e da sociedade burguesa ao trazer à tona

grupos e sujeitos que estão às margens do reconhecimento público e político. É importante ressaltar que considerar o jornal *Lampião da Esquina* como um veículo jornalístico decolonial, em nada anula as ideias deste pertencer aos quadros da imprensa alternativa.

Ao questionar a ausência de mulheres negras e periféricas nos eventos, o jornal realiza uma cobertura decolonial por não se restringir à realidade de mulheres brancas e burguesas, nem a temas homoeróticos. O jornal apresenta as mulheres negras e periféricas como participantes das práticas políticas e pertencentes ao espaço público. Assim, para que esse movimento seja percebido, o jornal não apenas retrata as vivências das mulheres, mas exemplifica a interseccionalidade ao evocar a importância de se analisar os fatos de modo triangular, articulados com outros pontos de análise como gênero, classe social e raça. Ao fazer esse movimento, o jornal oferece mais que um simples relato do acontecimento, pois apresenta nuances mais elucidativas acerca do silenciamento a que mulheres negras e periféricas são submetidas dentro do movimento feminista.

A decolonialidade editorial na cobertura do evento é percebida pela veiculação de um relato de vivências que, no caso, foi da própria Lélia Gonzalez, uma mulher negra e periférica. Ao utilizar desse expediente, o jornal não perde a credibilidade diante do público de leitores e leitoras, ao contrário, traz a experiência de modo mais ávido com detalhes que, não raro, escapam aos olhares de repórteres.

Por ser um recorte de uma pesquisa, há outros conteúdos que evidenciam a decolonialidade editorial em *Lampião da Esquina*. Como apresentado por Amaral (2002), houve a preocupação em analisar as reportagens em diálogo com as questões de gênero, raça e identidade. Destarte, outras pesquisas poderão ser realizadas a partir de outros pontos interseccionais como questões indígenas presentes na edição de número oito, de janeiro de 1979, e de violência de gênero e identidade, nas edições de maio e junho de 1979.

Referências

- Abaixo o gueto. (1978, Abril). *Lampião da Esquina*, (1), 2.
- Amaral, M. E. P. (2022). *Lampião da Esquina: decolonial e alter(n)ativo*. *Revista Latinoamericana de Ciencia de la Comunicación* 21(39), pp. 159-170. Recuperado de <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/788>
- Arias Neto, J. M. y Amaral, M. E. P. (2016). Homossexualidades de papel: cenas da imprensa homoerótica no Brasil (1963-2015). *Cuadernos.info*, (39), 101-112. <https://dx.doi.org/10.7764/cdi.39.986>
- Arendt, H. (1998). *O que é política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política* (11), 89-117.

- Bittencourt, F. (1979a, Abril). Lesbianismo/ Machismo/ Aborto/ Criminialização/ São as mulheres fazendo política. *Jornal Lampião da Esquina*. Recuperado de <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/15-lampiao-da-esquina-edicao-11-abril-1979.pdf>.
- Bittencourt, F. (1979a, Abril). O perfil de uma feminista brasileira. *Jornal Lampião da Esquina*. Recuperado de <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/15-lampiao-da-esquina-edicao-11-abril-1979.pdf>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da Discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10 (1), pp. 171-188.
- Festa, R. (1986). Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In Festa, R. & Silva, C. E. L. da (Eds.), *Comunicação popular e alternativa no Brasil* (pp. 9-30). São Paulo: Edições Paulinas.
- Gonzalez, L. (1979, Abril). Mulher negra: um retrato. *Jornal Lampião da Esquina*. Recuperado de <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/15-lampiao-da-esquina-edicao-11-abril-1979.pdf>
- Gonzalez, L. (1982). *O lugar da mulher- Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*, Rio de Janeiro, Graal.
- Gonzalez, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. In Hollanda, H. B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 38-51). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Hollanda, H. B. (2020). Agora somos todas decoloniais? In Hollanda, H. B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp.11-34). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Kucinski, B. (1991). *Jornalistas e revolucionários da imprensa brasileira*. São Paulo: Escrita Editorial.
- Lugones, M. (2020) Colonialidade e gênero. In Hollanda, H. B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp.52-83).
- Maldonado-Torres, N. (2008). La descolonización y el giro des-colonial. *Tábula Rasa*, 9(2), 61-72.
- Mignolo, W. (2014). Introducción. In: Chukwudi, E.; Henry, P.; Castro-Gómez, S. *El color de la razón: racismo epistemológico y razón imperial*. 2. ed. (pp. 9-18) Buenos Aires: Del Signo.
- Moraes, F. (2019). Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. *Extraprensa* 12 (2), pp. 204-219.
- Péret, F. (2011). *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha.
- Saffioti, H. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu* (16), 115-136.
- Santos, B. de S. y Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez.
- Torrico, E. (2016a). La comunicación en clave latinoamericana. *Chasqui* (132), 23-36.
- Torrico, E (2016b). *Hacia la Comunicación decolonial*. Bolivia: Universidad Andina Simón Bolívar.
- Torrico, E. (2019). Para uma comunicação ex-cêntrica. *MATRIZES*, 13 (3), pp. 89-107. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i3p89-107>
- Trevisan, J. S. (2004). *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Vêrges, F. (2020). *Feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora.